



PREFEITURA DE

**CAMPOS**

UMA NOVA HISTÓRIA

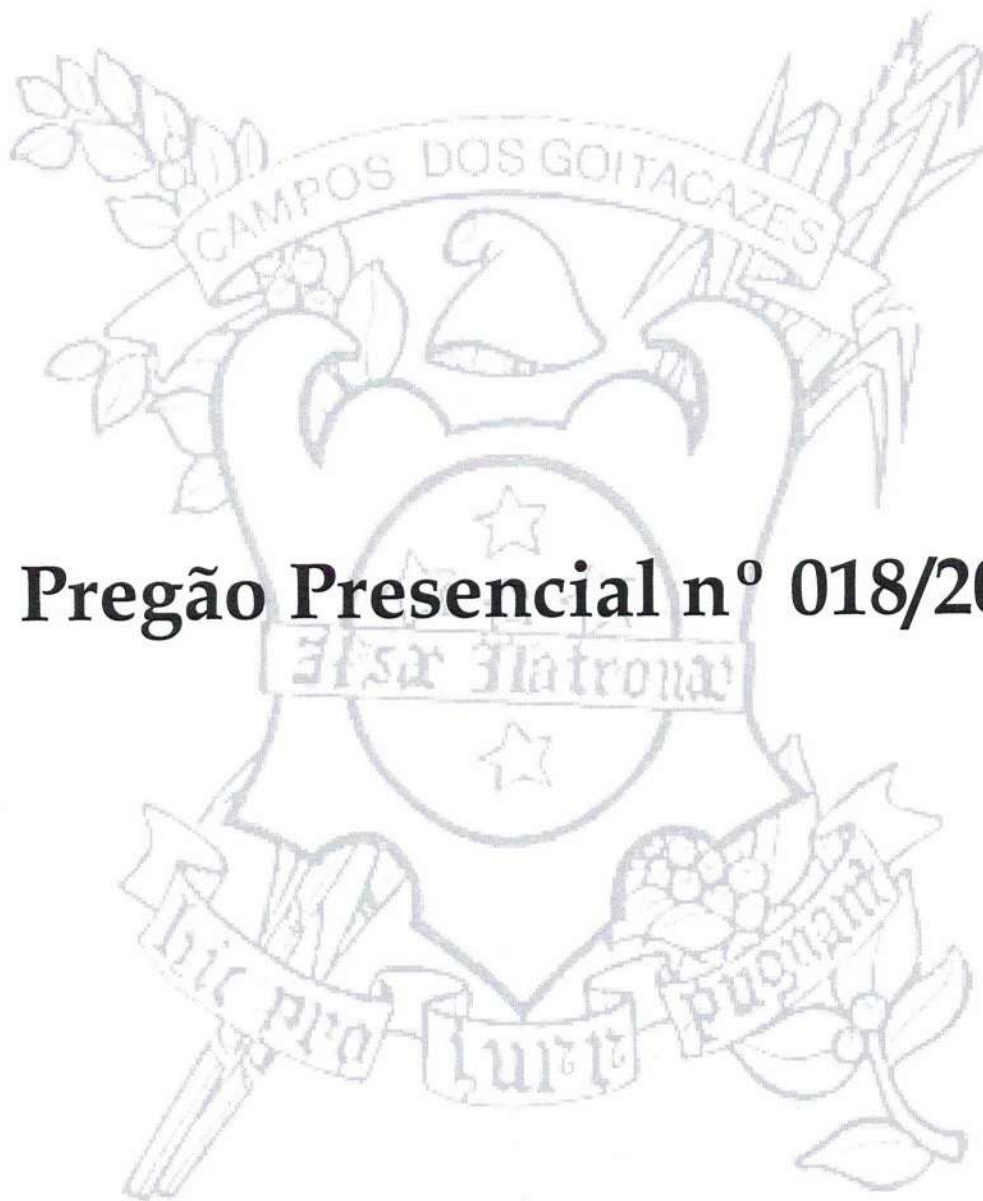
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOITACAZES  
Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos

Pregão Presencial nº 018/2023

Comissão Permanente de Licitação	Nº...
	87
	Alcides

Processo nº 2023.204.000164-7-PR  
Data: 20/06/2023

# Pregão Presencial nº 018/2023





Comissão Permanente	Fis. 8.8
Licitação	Subscrição: [assinatura]

**Processo nº 2023.204.000164-7-PR**

**1- PREÂMBULO**

- 1.1-** Torna-se público para conhecimento dos interessados, que, na Sala de Reunião de Licitação da **Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, situada à Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado nº 47 - Pq. Santo Amaro, telefone nº (22) 98175-2073**, será realizada a licitação na modalidade Pregão Presencial, **EXCLUSIVO PARA A PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE e COOPERATIVA EQUIPARADA**, cujo Edital recebeu o nº **018/2023** para a contratação do objeto abaixo descrito.
- 1.2-** A licitação será do tipo **menor preço** e será regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações da Lei nº 8.883/94, Decreto Municipal nº 65, de 16 de fevereiro de 2005, Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006 e as cláusulas e condições constantes deste Edital.
- 1.3.** Os documentos para habilitação bem como a proposta deverão ser entregues em envelopes separados, lacrados, com identificação externa do seu conteúdo (**nome da licitante, o número, a data da licitação e o tipo de envelope**), às **10h (dez horas) do dia 13 de julho de 2023**, no local indicado no subitem 1.1, ou no mesmo local e hora, no primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente na data marcada para realização desta licitação.
- 1.4. Integram este Edital, independentemente de transcrição:**
- 1.4.1- Formulário de Proposta - Anexo I**
- 1.4.2- Minuta de Contrato - Anexo II**
- 1.4.3- Modelo de Carta de Credenciamento - Anexo III**
- 1.4.4- Modelo de Declaração de que cumpre as Leis Trabalhistas - Anexo IV**
- 1.4.5- Modelo de Declaração de que cumpre os Requisitos de Habilitação - Anexo V**
- 1.4.6- Modelo de Declaração para Microempresa e EPP - Anexo VI**
- 1.4.7- Termo de Referência - Anexo VII**
- 1.5-** As empresas interessadas em retirar o presente Edital deverão fazer requerimento dirigido ao Pregoeiro solicitando a retirada, em papel timbrado (necessidade de conter os dados da empresa para comunicar, se necessário for, eventual alteração no Edital e seus anexos) e entregar 01 (uma) resma de Papel A4 ou poderão efetuar o download do Edital através do site oficial da PMCG, a saber, <https://campos.rj.gov.br/licitacoes.php>.



## 2- DO OBJETO

2.1 - O objeto da presente licitação é a **aquisição de equipamentos de Tecnologia da Informação que tem como objetivo oferecer capacitação contínua aos servidores municipais. O projeto atua de forma itinerante, atendendo às necessidades da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos em diversas áreas de atuação, conforme descrito nos Anexos I e VII deste Edital.**

## 3- DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1- Poderá participar desta licitação qualquer empresa especializada no ramo pertinente ao objeto desta licitação, legalmente constituída, desde que satisfaça as exigências fixadas neste edital e apresente os documentos nele exigidos.

3.1.1 - A participação neste Pregão é exclusiva para **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE e COOPERATIVAS EQUIPARADAS**, conforme instituído pelo art. 48, I da Lei Complementar Federal nº 123/06 e Art. 55 da Lei Municipal nº 8.768/17.

3.1.2 - Entende-se por Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) aptas a participar do presente certame aquelas definidas no art. 3º da Lei Complementar nº 123/06 e que não se enquadram em nenhuma das situações previstas no §4º deste mesmo art. 3º da Lei Complementar nº 123/06.

3.1.3 - Entende-se por Microempreendedor Individual - MEI apto a participar do presente certame aquele definido no Art. 18A da Lei Complementar nº 123/06 e regulamentado na Lei Complementar nº 128/08, sendo esta modalidade de Microempresa.

3.1.4 - Equiparam-se as ME e EPP as Sociedades Cooperativas de Consumo que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, nela incluídos os atos cooperados e não-cooperados, conforme estabelece o art. 34 da Lei 11.488/07.

3.1.5 - Deverão apresentar a Declaração de Enquadramento de ME ou EPP - Anexo VI - o licitante, para fins de obtenção dos benefícios previstos na Lei Complementar Federal nº 123/06 e suas alterações, declarando ser Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, Microempreendedor Individual ou Sociedade Cooperativa de Consumo nos termos da legislação vigente.

3.2- Não serão admitidas a esta licitação empresas sob forma de consórcio, empresas suspensas de contratar com esta Administração ou impedidas de licitar com a Administração Pública.

3.3- Não será permitida a participação de mais de uma empresa sob o controle acionário de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas para o mesmo fim.

3.4- A participação neste Pregão importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como na observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos.

3.5 - Não será admitida a participação de Licitantes que não apresentarem a Declaração de Enquadramento de ME ou EPP - Anexo VI.

#### **4- DO CREDENCIAMENTO**

**4.1-** No dia, hora e local designados para recebimento dos envelopes, cada empresa licitante far-se-á representar por seu titular, ou pessoa devidamente credenciada e somente estes poderão atuar na formulação de propostas e na prática dos demais atos inerentes ao certame. No ato da Sessão Pública serão efetivadas as devidas comprovações quanto à existência dos necessários poderes para representação ou credenciamento através da apresentação dos documentos, **em original ou cópia autenticada**, conforme abaixo:

**4.1.1-** Se a empresa se fizer representar por seu sócio, deverá este, para que se promovam as devidas averiguações quanto à administração e gerência da sociedade, apresentar Carteira de Identidade ou documento equivalente, bem como o Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, ou no caso de empresário individual, a inscrição no registro público de empresas mercantis.

**4.1.2-** Quando MEI - Microempreendedor Individual, este deverá apresentar o Certificado de Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, disponível no [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br).

**4.1.3-** Quando o licitante for Cooperativa Equiparada deverão ser apresentados os seguintes instrumentos: Cópia autenticada dos estatutos sociais e suas alterações posteriores; Ata de posse da atual diretoria, ambas devidamente registradas na Organização das Cooperativas Brasileiras ou em entidade estadual, se houver;

**4.1.4-** Caso seja designado outro representante, este deverá estar devidamente credenciado, sendo imprescindível, para que o credenciamento seja aceito, a apresentação dos seguintes documentos:

- a. Carteira de Identidade ou documento equivalente que contenha foto do credenciado;
- b. Procuração por instrumento público ou particular com firma reconhecida ou Carta de Credenciamento com firma reconhecida, conforme modelo em anexo, firmada pelo representante legal da empresa, nos termos do seu Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, documento este a ser apresentado, visando a comprovação da condição do titular para delegar poderes ao representante a ser credenciado, do qual constem



**poderes específicos para formular lances, negociar preços, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.**

**4.1.5- Os documentos relativos ao Credenciamento deverão ser apresentados ao pregoeiro, no momento da licitação, EM SEPARADO dos envelopes de documentação e proposta, sob pena da empresa ser considerada sem representação. Em hipótese nenhuma será admitida a abertura dos envelopes para retirada ou inclusão de quaisquer documentos.**

**4.2- Ficam as empresas cientes de que somente participarão da fase de lances verbais aquelas que se encontrarem devidamente credenciadas nos termos dos subitens anteriores.**

**4.3- As licitantes que decidirem pelo envio dos envelopes, sem que se efetive o devido credenciamento, ou aquelas que, por qualquer razão, não conseguirem se credenciar no início da sessão, somente participarão do certame com o preço constante no envelope de proposta, e desde que apresentem cópia autenticada do contrato social e a declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação (esta com firma reconhecida), em separado dos envelopes de proposta e documentação.**

**4.4- As empresas licitantes que não fizerem o credenciamento, nas condições e forma previstas nos itens supramencionados, não terão participação ativa durante o presente certame, impedidas, portanto, de assinar e rubricar todo e quaisquer documentos e atas, solicitar vistas, esclarecimentos e informações, requerer impugnações e/ou reconsiderações, interpor recurso, inclusive aqueles relativos à fase de Habilitação, atos e decisões formais do pregoeiro.**

**4.5- O representante que estiver credenciado pela licitante, somente poderá ausentar-se do local de realização da sessão por motivo devidamente justificado e mediante autorização expressa do pregoeiro, sob pena da empresa ser considerada sem representação a partir daquele momento.**

## **5- DA MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE – ME ou EPP**

**5.1 – As microempresas ou empresas de pequeno porte, para se utilizarem dos benefícios introduzidos pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e a Lei Municipal nº 8.768, de 11 de agosto de 2017, deverão declarar sua condição, sob as penas da lei, conforme Anexo VI deste Edital.**

**5.1.1. A declaração de que trata o subitem anterior deverá ser entregue ao pregoeiro em separado dos envelopes “PROPOSTA” e “DOCUMENTAÇÃO”.**

**5.2 – A falsidade de declaração prestada, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e a Lei Municipal nº 8.768, de 11 de agosto de 2017, caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções previstas neste Edital.**



**5.3 – Somente poderão usufruir dos benefícios dos arts. 42 a 48 da Lei Complementar nº 123 as ME's e EPP's devidamente credenciadas, de acordo com os itens 4 e 5, e presentes na sessão do pregão.**

## **6- DA PROPOSTA**

**6.1-** O Formulário Padronizado de Proposta, referido no subitem 1.4.1, ou Proposta Comercial Automática, ou ainda a proposta elaborada em papel timbrado da licitante deverá ser preenchido pela licitante onde constará:

- a) assinatura do representante legal da empresa;
- b) indicação obrigatória do preço, expresso em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso, devendo ser computado neste valor todos os tributos, tarifas e despesas de qualquer natureza incidentes sobre o objeto a ser fornecido, bem como a marca e modelo do produto oferecido;
- c) Na hipótese de não constar na referida proposta a indicação de marca e/ou modelo do objeto cotado pela licitante, o pregoeiro solicitará que o representante da empresa declare qual é a marca e/ou modelo, para fins de registro na ata da sessão, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos a contar da convocação pelo pregoeiro. Se houver recusa por parte do mesmo, ocorrerá a imediata desclassificação de sua proposta.

**6.1.1-** Na fase de julgamento das propostas, será verificada a exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, podendo o Pregoeiro sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**6.2-** Não serão levadas em consideração quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas neste Edital, além daquelas propostas onde não sejam legíveis ou apresentem rasura ou uso de qualquer tipo de corretivo nos valores em algarismo e/ou por extenso, devendo ser utilizado, PREFERENCIALMENTE, a PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA, conforme arquivo entregue junto ao presente edital.

6.2.1 – Caso não seja apresentada a PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA, ressalte-se que a proposta da empresa, apresentada nos formatos previstos neste edital, não será desclassificada. Entretanto, cumpre destacar a importância do preenchimento (na forma automática) para celeridade da sessão pública.

**6.3- A PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA deverá ser impressa e apresentada dentro do envelope de Proposta, bem como deve ser salva em CD / DVD / PEN-DRIVE - (O Pen-drive será devolvido a empresa, após a leitura da Proposta Comercial Automática), que também deverá constar no Envelope.**

**6.4-** Sendo utilizado o papel timbrado da empresa licitante, esta deverá através de seu representante legal prestar declaração de que o objeto ofertado atende, **INTEGRALMENTE**, as especificações constantes no Edital. Na hipótese da referida



**declaração não constar da proposta, o pregoeiro solicitará que o representante legal declare de próprio punho na proposta comercial, no momento da abertura dos envelopes. Se houver recusa por parte do mesmo, ocorrerá a imediata desclassificação de sua proposta.**

**6.5-** Tanto o Formulário de Proposta (subitem 1.4.1) quanto a Proposta no papel timbrado da licitante, bem como a Proposta Comercial Automática, deverão ser acondicionados em envelope lacrado no qual se identifique, externamente, o nome da licitante, o número, a data da licitação e o tipo de envelope.

**6.6-** O CNPJ da proponente, habilitada na licitação, deverá ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais e posterior pagamento.

**6.7- A empresa licitante deverá apresentar dentro do envelope de proposta os documentos exigidos no item 7 do Termo de Referência (Anexo VII).**

## **7- DOS PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO E JULGAMENTO**

**7.1 -** No dia, hora e local designados neste Edital, na presença das empresas licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o pregoeiro receberá, em envelopes distintos, devidamente lacrados, os documentos exigidos para proposta e a habilitação. Os envelopes deverão indicar o nome do proponente, o número deste PREGÃO e seu conteúdo: **"PROPOSTA" - "DOCUMENTAÇÃO"**.

**7.2-** Aberta a sessão, o pregoeiro convocará os interessados ou seus representantes para que entreguem, não só os documentos de que trata o subitem anterior mas, toda documentação relativa a presente licitação, quer seja, a declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação (podendo ser utilizado o modelo em anexo), toda documentação relativa ao credenciamento (vide item 4), além dos envelopes de "proposta" e "documentação". Tão logo se efetive a entrega destes documentos, o pregoeiro iniciará o credenciamento das licitantes. Terminado o credenciamento não serão admitidos novos licitantes ao presente certame.

**7.2.1-** No que tange aos documentos do credenciamento e a declaração de que cumpre os requisitos de habilitação, por serem apresentados em separado dos envelopes, o pregoeiro poderá solicitar a complementação dos mesmos desde que a documentação faltante esteja em poder do representante presente a sessão.

**7.3- As empresas que decidirem pelo envio do envelope, sem a participação na fase de lances, conforme definido na parte final do subitem 4.2, deverão encaminhar cópia autenticada do contrato social e a declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação, com firma reconhecida, bem como a Declaração de Enquadramento como ME ou EPP - Anexo VI, em envelope separado da documentação e proposta, para que se promovam as devidas verificações quanto aos citados documentos. A não apresentação de qualquer um dos dois documentos em questão acarretará no impedimento da empresa em participar do certame. Por outro lado, o licitante devidamente credenciado,**



**que não apresentar a referida declaração, poderá preenchê-la de próprio punho na fase inicial do certame.**

**7.4-** Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas, ocasião em que será procedida à verificação da sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste instrumento, desclassificando-se as incompatíveis.

**7.5-** Após a entrega dos envelopes, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

**7.6-** No curso da Sessão, dentre as propostas que atenderem aos requisitos do item anterior, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, poderão fazer novos lances verbais, de valores distintos e decrescentes, até que as empresas licitantes manifestem desinteresse em apresentar novos lances e se proclame o vencedor. Dos lances ofertados não caberá retratação.

**7.7-** Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

**7.8-** A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços.

**7.9-** É vedada a oferta de lance verbal com vista ao empate.

**7.10-** A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço apresentado pela empresa para efeito de ordenação das propostas.

**7.11-** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item 7.6, o pregoeiro, atendendo ao que estabelece o Art. 4º. Inciso IX da Lei nº 10.520/02, adotará os seguintes critérios:

**7.11.1-** Quando houver somente um preço válido proposto, o pregoeiro convocará as duas melhores propostas subsequentes, completando o número de três para que seus autores possam apresentar lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, quaisquer que sejam os preços inicialmente ofertados;

**7.11.2-** Quando houver dois preços válidos propostos, o pregoeiro convocará somente uma proposta subsequente, visando completar o número de três, para que seus autores possam apresentar lances verbais, na forma do disposto na parte final do subitem 7.11.1;

**7.11.3-** Caso não haja representante credenciado, dentre as empresas convocadas para completar o número de três, na forma dos subitens 7.11.1 e 7.11.2, serão considerados os preços ofertados pelas empresas do envelope de proposta, para efeito de classificação



final, não havendo qualquer hipótese de nova convocação de licitantes remanescentes para oferta de lances verbais;

**7.11.4-** Somente será efetivada a competição, relativamente à oferta de lances verbais, com as empresas licitantes devidamente credenciadas, aptas para tal fim.

**7.12-** O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagadas pelo pregoeiro, as empresas licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

**7.13-** Encerrada a etapa competitiva e ordenada às ofertas, será considerada vencedora a empresa licitante que oferecer a proposta de **MENOR PREÇO POR ITEM**.

**7.14-** O pregoeiro efetuará o julgamento da proposta de **menor preço por item**, após o encerramento da etapa de lances e eventual exercício do direito de preferência, podendo negociar diretamente com o licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre a sua aceitação.

**7.15-** Somente serão aceitas propostas cujos preços sejam compatíveis com os praticados no mercado, **não sendo admitida, em hipótese nenhuma, a adjudicação do objeto por valor superior ao definido no subitem 15.1.**

**7.16-** Sendo aceitável o preço ofertado, o pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo os documentos de **"HABILITAÇÃO"** da empresa que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no **item 8** deste Edital.

**7.17-** Serão inabilitadas as empresas licitantes que não apresentarem a documentação em situação regular, conforme estabelecido no **item 8** deste Edital.

**7.18-** No caso de inabilitação da proponente que tiver apresentado a melhor oferta **ou** de reprovação da amostra - quando for o caso - apresentada pela licitante, o pregoeiro reabrirá a etapa de lances na forma do **subitem 7.6 e seguintes**.

**7.18.1-** Encerrada a nova etapa competitiva e reordenada às ofertas, será considerada vencedora a empresa licitante que oferecer a proposta de **MENOR PREÇO POR ITEM**, sendo analisados os documentos habilitatórios da mesma.

**7.18.2-** Na hipótese desta licitante ser inabilitada, será novamente reaberta a etapa de lances, e assim sucessivamente, até que uma licitante atenda às condições fixadas neste Edital.

**7.19-** Ocorrendo a hipótese do **subitem 7.18**, o pregoeiro observará o disposto no **subitem 7.14** e poderá, ainda, negociar com a licitante no sentido de se obter melhor proposta.

**7.20-** Verificado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a empresa licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo pregoeiro.

**7.21-** O pregoeiro manterá em seu poder os documentos das demais licitantes, pelo prazo de 15 (quinze) dias, após a homologação da licitação, devendo as empresas retirá-los após este período, sob pena de inutilização dos mesmos.

**7.22-** Da Sessão Pública será lavrada ata circunstanciada, devendo ser assinada pelo pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todas as empresas licitantes presentes a final do Pregão.

## **8- DA HABILITAÇÃO**

Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao seguinte cadastro:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas-CEIS;
- b) A consulta ao cadastro será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;
- c) Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;
- d) A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;
- e) Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

### **8.1- HABILITAÇÃO JURÍDICA**

**8.1.1-** Registro Comercial, no caso de empresa individual;

**8.1.2-** Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e alterações em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

**8.1.2.1-** Quando MEI - Microempreendedor Individual, este deverá apresentar o Certificado de Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI.

**8.1.2.2-** Quando o licitante for Cooperativa Equiparada deverão ser apresentados os seguintes instrumentos: Cópia autenticada dos estatutos sociais e suas alterações posteriores; Ata de posse da atual diretoria, ambas devidamente registradas na Organização das Cooperativas Brasileiras ou em entidade estadual, se houver;





**8.1.3-** Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

**8.1.4-** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

**8.1.5-** Os objetivos sociais deverão estar em harmonia com o objeto ora licitado, sob pena de inabilitação.

## **8.2- REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA**

**8.2.1-** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

**8.2.2-** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com objeto contratual;

**8.2.3-** Prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante;

**8.2.4-** Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, bem como perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, (Certidão Negativa de Débitos – CND), exigida no artigo 47, inciso I, alínea “a”, da Lei Federal nº 8.212/91 e alterações posteriores;

**8.2.5-** Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

**8.2.6-** Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante;

**8.2.7-** Prova de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

**8.2.8-** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943. Esta certidão poderá ser retirada através do site [www.tst.jus.br/certidao](http://www.tst.jus.br/certidao);

**8.2.9- Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.**

As licitantes deverão declarar que não empregam menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregam menor de dezesseis anos, salvo a

partir de quatorze anos, na condição de aprendiz. A declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal deverá ser prestada nos termos do modelo em Anexo.

**8.2.10-** Deverão ser fornecidas Certidões Negativas da Dívida Ativa sempre que os documentos de comprovação de regularidade para com as Fazendas Federal, Estaduais e Municipais apresentadas, fizerem referência expressa de que não atestam a regularidade da licitante em relação à Dívida Ativa das citadas Fazendas; para as sociedades empresárias situadas no Estado do Rio de Janeiro deverão apresentar prova de regularidade com a Dívida Ativa, emitida pela Procuradoria Geral do Estado.

**8.2.11-** Quando o crédito tributário encontrar-se com sua exigibilidade suspensa, no lugar das Certidões Negativas de Débito pode-se apresentar Certidão Positiva com efeito de Negativa, segundo disposto no art. 206 do Código Tributário Nacional.

**8.2.12-** Os documentos relacionados no subitem 8.2 deverão ter validade na data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os documentos e a Proposta Comercial das licitantes.

**8.2.13 -** As **microempresas e empresas de pequeno porte** deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**8.2.13.1 -** No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte que esteja com alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de certidão negativa.

**8.2.13.2 -** A não-regularização no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, na forma prevista pelo **subitem 7.18**.

### **8.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA**

**8.3.1-** Comprovação de capital social ou patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor final do(s) item(s) efetivamente vencido(s) pela empresa.

**8.3.1.1-** Caso a comprovação seja realizada através do patrimônio líquido, a licitante deverá apresentar o balanço patrimonial exigível na forma da lei.

**8.3.1.2-** Na hipótese de ser constatado, ao final da sessão, que os itens vencidos por algum licitante superam o limite estabelecido no subitem anterior, o pregoeiro oportunizará ao





representante da empresa que informe em que item(ns) pretende figurar como detentor do registro.

**8.3.1.3-** Ocorrendo a hipótese do subitem anterior, o pregoeiro identificará o(s) item(ns) remanescente(s); encaminhará o(s) mesmo(s) ao(s) licitante(s) classificado(s) em 2º lugar (em cada item, conforme o caso), devendo, sempre que possível, negociar diretamente com o respectivo(s) licitante(s) para que seja obtido preço melhor; e decidirá sobre a sua aceitação da oferta.

**8.3.1.4-** Fica estipulado que, ocorrendo o disposto no subitem 8.3.1.1 e estando a empresa sem representação (independente do motivo), caberá o pregoeiro definir os itens que serão registrados em favor da empresa, devendo ser dada preferência a ordem crescente da planilha de preços (Anexo I).

**8.3.2-** Certidão(ões) Negativa(s) de Recuperação Judicial - Lei 11.101/05 (falências e concordatas), expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, a menos de 90 (noventa) dias da data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os documentos e a Proposta Comercial das licitantes, exceto quando dela constar o prazo de validade.

**8.3.2.1-** Para a licitante sediada na Cidade de Campos dos Goytacazes, esta prova será feita mediante apresentação de Certidão passada pelo Cartório Único de Registro de Distribuição, sendo dispensada a apresentação do documento exigido no subitem 8.3.3.

**8.3.2.2-** Caso a licitante esteja em processo de recuperação judicial, poderá apresentar, em substituição aos documentos exigidos nos subitens 8.3.2 e 8.3.3, certidão emitida pela instância judicial certificando sua aptidão econômica e financeira para participar de procedimento licitatório.

**8.3.3-** A licitante sediada em outra Comarca ou Estado deverá apresentar, juntamente com a(s) certidão(ões) exigida(s), declaração/certidão passada pelo Foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registro que controlam a distribuição de falências ou concordatas. Em caso da declaração apresentar validade expressa, esta deverá ser observada. Por outro lado, se dela não constar prazo de validade, esta será de 90 (noventa) dias a contar de sua emissão.

**8.3.3.1-** Na hipótese da Certidão de que trata o subitem 8.3.2 ser emitida pela Corregedoria ou órgão equivalente do respectivo Tribunal de Justiça, será facultativa a apresentação do documento solicitado no subitem anterior.

## **8.4- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**8.4.1 -** Atestado(s), expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante forneceu ou está fornecendo, de maneira satisfatória, materiais semelhantes ao objeto deste edital. O atestado deverá conter as seguintes

informações: Nome, CNPJ e endereço completo do emitente; Descrição do produto fornecido ou serviço prestado; Nome da empresa que prestou o(s) serviço(s); Data de emissão; Assinatura e identificação do signatário (nome e cargo ou função que exerce junto à emitente).

## 8.5- INTERESSADOS EM PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

**8.5.1-** Os interessados em participar desta licitação, inscritos no Cadastro da **PMCG**, (CRC), poderão substituir os documentos listados em 8.1.1, 8.1.2, 8.1.3, 8.1.4, 8.2.1, 8.2.2 e 8.2.3 pelo Certificado de Registro no referido Cadastro, devidamente atualizado.

**8.5.1.1-** Por Certificado de Registro devidamente atualizado, entenda-se aquele em vigor na data da realização desta licitação.

**8.5.2 -** As licitantes que entregarem o Registro Comercial Individual, Contrato, Estatuto Social ou documento equivalente, devidamente autenticados no momento do credenciamento, estão dispensadas da exigência do subitem 8.1 na fase de habilitação.

## 8.6- DA DOCUMENTAÇÃO

**8.6.1-** Os documentos exigidos para esta Licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, ou publicação em Órgão da Imprensa Oficial. Os que forem de emissão da própria proponente deverão ser datilografados em papel timbrado da licitante, registrar o número desta licitação, estar datados e assinados por seu representante legal ou preposto formalmente estabelecido. Os funcionários do Setor de Licitações não autenticarão documentos, cabendo o pregoeiro e/ou Comissão apenas as atribuições de receber, examinar e julgar os documentos. Os documentos e certidões emitidas pela Internet terão, conforme o caso, sua autenticidade verificada no momento do certame. Caso a licitante opte por entregar os documentos originais, tanto no credenciamento quanto no envelope de documentação, deve estar ciente de que aqueles não serão devolvidos em hipótese alguma.

## 9- DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

**9.1-** Declarada a empresa vencedora, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

**9.1.2-** O prazo para apresentação de recursos começará a contar após o prazo previsto para a Habilitação Diferenciada para ME e EPP, quando esta ocorrer, conforme item 8.2.13.1 deste Edital.



**9.2-** A falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto ao resultado do certame, importará decadência do direito de recurso. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

## **10- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**10.1-** A Licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e Contrato.

**10.2-** A falta de regularização da documentação no prazo previsto no subitem 8.2.13.1 sujeitará o licitante à aplicação das sanções previstas neste item.

**10.3-** O não comparecimento da licitante vencedora para assinar o Termo de Contrato no prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida com a proposta, ficando sujeita às sanções legais cabíveis.

**10.4-** Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a **CONTRATANTE** poderá aplicar à **CONTRATADA** multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

**10.5-** Em caso de atraso **no fornecimento**, objeto desta licitação, poderá ser aplicada à Contratada multa moratória de valor equivalente a 1% (um por cento) sobre o valor total do material, por dia útil excedente.

**10.6-** Se a CONTRATADA não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, será então acrescido os juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

## **11- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**11.1-** A despesa correrá pelo código 04.122.0095.2271.0000, relativo ao Programa de Trabalho e pela Natureza de Despesas 4.4.90.52.

## **12- DAS CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO E DA EXECUÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO**

### **12.1 - PRAZO DE ENTREGA**

**12.1.1-** O prazo para entrega do objeto será de no máximo 30 (trinta) dias corridos, conforme subitem 6.1 do Termo de Referência (Anexo VII), elaborado pela **Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos**.



**12.1.2-** O prazo a que se refere o subitem anterior começará a fluir no dia seguinte ao recebimento pela adjudicatária da **Ordem de fornecimento** a ser emitida pela **Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos**.

**12.1.3-** Em se tratando de compras, o objeto será recebido:

- a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;
- b) definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

## **12.2- LOCAL DE ENTREGA**

**12.2.1-** O licitante vencedor desta licitação terá que entregar o que lhe for adjudicado, conforme subitem 6.2 do Termo de Referência (Anexo VII), elaborado pela **Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos**.

## **12.3- FORMA DE FORNECIMENTO**

**12.3.1-** O objeto desta licitação, se contratado, será fornecido de forma integral.

## **13- DA CONTRATAÇÃO**

**13.1 -** O prazo para assinatura do Contrato será de no máximo **03 (três) dias úteis**, contados da convocação da **Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos** para a sua formalização, devendo a empresa estar portando os certificados de regularidade perante o FGTS, INSS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, ou certidão positiva com efeito negativo.

## **14- DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO E DO FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES**

**14.1 -** As solicitações de esclarecimentos ou providências a respeito de condições do edital tratadas no subitem anterior poderão ser protocoladas no **Protocolo Geral da Prefeitura Municipal, na Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado, nº 47 - Pq. Santo Amaro - Campos/RJ, das 09 às 17 horas, de segunda à sexta-feira, exceto feriados do Município de Campos dos Goytacazes ou Nacionais ou através do seguinte e-mail: pregao@campos.rj.gov.br.**

**14.2-** Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa ou empresa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório.

**14.3-** As impugnações editalícias e interposições de recursos deverão ser, **OBRIGATORIAMENTE**, protocoladas no endereço supracitado.



## 15- DO VALOR

**15.1-** O valor total estimado pela **Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos**, para esta licitação, é de **R\$ 35.634,40 (trinta e cinco mil, seiscentos e trinta e quatro reais e quarenta centavos)**.

## 16- DO PAGAMENTO

**16.1-** Pelo fornecimento do objeto deste Edital, uma vez obedecidas às formalidades legais e contratuais pertinentes, a **Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos** pagará à contratada, a importância total que vier a ser pactuada, até 30 dias após o fornecimento.

**16.2-** A contratada deverá apresentar a documentação legalmente exigível para a cobrança respectiva, até o 5º (quinto) dia útil da data final do período de adimplemento da parcela de obrigação, mediante requerimento dirigido à Secretaria Municipal de Fazenda, através do Protocolo Geral.

**16.3-** Os documentos fiscais de cobrança deverão ser emitidos em estrita observância à respectiva Nota de Empenho.

**16.4 -** O pagamento será efetuado pela **Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos** à **CONTRATADA**, até 30º (trigésimo) dia corrido a contar da data final do período de adimplemento da obrigação respectiva, uma vez obedecidas às formalidades legais e contratuais pertinentes.

**16.5 -** O pagamento da obrigação, não sendo efetuado no prazo previsto no subitem 17.4 e, desde que o atraso decorra de culpa da **Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos**, será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) de multa calculado sobre a parcela devida. A compensação financeira será de 0,033% (trinta e três milésimos por cento), por dia de atraso, calculada sobre a parcela devida.

**16.6 -** O pagamento da multa e da compensação financeira, a que se refere o subitem 17.5, será efetivado mediante autorização expressa do Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Campos dos Goytacazes, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da contratada, dirigido ao Ilustríssimo Senhor Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos.

**16.7-** Caso a **Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos** efetue o pagamento devido à contratada, em prazo inferior a 30 (trinta) dias, será descontado da importância devida, 0,033% (trinta e três milésimos por cento), por dia de antecipação;

**16.8 -** Na hipótese da cobrança apresentar erros, a **Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos** devolverá os documentos equivocados à contratada, para fins de substituição.

**16.8.1** - O pagamento, após apresentação da nova cobrança, será efetuado no prazo que remanescer dos 30 (trinta) dias a que se refere o subitem 17.4, sem a multa e a compensação financeira estipuladas no subitem 17.5;

**16.9** - Fica vedado à contratada negociar, efetuar cobrança ou descontar a duplicata emitida através de rede bancária ou com terceiros, permitindo-se, tão somente, cobrança em carteira simples, ou seja, diretamente na contratante.

## **17- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**17.1-** Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após apresentação da documentação e da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.

**17.2-** É facultado ao pregoeiro ou a autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

**17.3-** O pregoeiro dirimirá as dúvidas que suscitem a presente licitação, desde que arguidas por escrito, até 02 (dois) dias úteis contados da data fixada para abertura dos envelopes.

**17.4-** Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

**17.5-** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando-se e vencendo em dias de expediente.

**17.6-** O Município de Campos dos Goytacazes poderá revogar ou anular esta licitação, no todo ou em parte, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93.

**17.7-** Para dirimir controvérsias decorrentes deste certame o Foro competente é o da Comarca de Campos dos Goytacazes, excluído qualquer outro.

Campos dos Goytacazes, 20 de junho de 2023.

WAINER TEIXEIRA DE CASTRO:5304355369  
Assinado de forma digital por  
WAINER TEIXEIRA DE  
CASTRO:53043553691  
Dados: 2023.06.28 11:58:51  
+03'00'

Wainer Teixeira de Castro

- Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos -



## Anexo I - Proposta Comercial

ITEM	DESCRIÇÃO (conforme especificações do item 3 do Termo de Referência)	QUANT	UNID	MARCA/ MODELO	PREÇO UNITÁRIO EM ALGARISMO (R\$)	PREÇO TOTAL EM ALGARISMO (R\$)
01 Item exclusivo (art. 48, I, LC nº 123/06)	NOTEBOOK.	02	UNID.			
02 Item exclusivo (art. 48, I, LC nº 123/06)	RETROPROJETOR.	02	UNID.			
03 Item exclusivo (art. 48, I, LC nº 123/06)	MICROFONE SEM FIO.	02	UNID.			
04 Item exclusivo (art. 48, I, LC nº 123/06)	CAIXA DE SOM AMPLIFICADA.	02	UNID.			
05 Item exclusivo (art. 48, I, LC nº 123/06)	TELA MÓVEL DE PROJEÇÃO PARA RETROPROJETOR.	02	UNID.			
06 Item exclusivo (art. 48, I, LC nº 123/06)	APONTADOR MICROCOMPUTADOR.	02	UNID.			
VALOR TOTAL:						
VALOR TOTAL POR EXTENSO:						

O preço acima considera todas as exigências contidas no Edital de Pregão Presencial nº 018/2023, e ainda, todos os custos com mão-de-obra, taxas, impostos, seguros, encargos sociais e demais despesas diretas e indiretas incidentes sobre a aquisição.

A validade dos preços e condições desta proposta é de 60 (sessenta) dias, a contar da data estabelecida no preâmbulo do Edital de Pregão Presencial nº 018/2023, para a abertura dos envelopes contendo a documentação e Proposta Comercial das licitantes.

A licitante formuladora desta proposta tem conhecimento integral do edital e seus anexos, inclusive das especificações que constam no anexo do Termo de Referência, elaborado pela **Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos**.

**Declaro, sob as penas da lei, que o(s) objeto(s) ofertado(s) atende(m) a todas as especificações constantes no Edital.**

Campos dos Goytacazes, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

Assinatura do Representante  
Legal ou Preposto da Licitante e carimbo

## Anexo II – Minuta de Contrato

CONTRATO Nº \_\_\_\_/2023.

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A  
SECRETARIA MUNICIPAL DE  
ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS E  
A EMPRESA \_\_\_\_\_.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS, com sede na Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado, 47, Parque Santo Amaro, Campos dos Goytacazes/RJ, inscrito no CNPJ/MF do Ministério da Fazenda sob o nº \_\_\_\_\_, doravante denominada, simplesmente, **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Senhor Secretário, \_\_\_\_\_, e a empresa \_\_\_\_\_, doravante denominado simplesmente, **CONTRATADA**, com sede na \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_ neste ato representada pelo seu \_\_\_\_\_, portador do documento de identidade nº \_\_\_\_\_, órgão expedidor \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, em decorrência do resultado da licitação nº **018/2023, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL**, ajustam entre si o presente **CONTRATO**, com fundamento na Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com redação da Lei n.º 8.883/94, no Decreto Municipal nº 65, de 16 de fevereiro de 2005, de acordo com o processo nº **2023.204.000164-7-PR**, mediante as seguintes **CLÁUSULAS E CONDIÇÕES**:

### CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

O objeto do presente é a **aquisição de equipamentos de Tecnologia da Informação que tem como objetivo oferecer capacitação contínua aos servidores municipais. O projeto atua de forma itinerante, atendendo às necessidades da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos em diversas áreas de atuação, conforme descrito nos Anexos I e VII do edital.**

### CLÁUSULA SEGUNDA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

O **CONTRATANTE** obriga-se a:

- Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da **CONTRATADA**;
- Resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos, no processo nº **2023.204.000164-7-PR** e em tudo o mais que se relacione com



o fornecimento objeto deste **CONTRATO**, desde que não acarrete ônus para o **CONTRATANTE** ou modificação do instrumento;

- c) Efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas nas Cláusulas Quarta, Quinta e Sexta do presente Contrato.

### **CLÁUSULA TERCEIRA** **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

A **CONTRATADA** será a única, integral e exclusiva responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza que causar ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do objeto deste **CONTRATO**, respondendo por si e por seus sucessores, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou acompanhamento do **CONTRATANTE**.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A **CONTRATADA** é a responsável por todos os ônus tributários federais, estaduais e municipais, ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, entendendo-se como ônus tributários o pagamento de impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições parafiscais, empréstimos compulsórios, tarifas e licenças concedidas pelo Poder Público.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do **CONTRATO**, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital nº 018/2023.

#### **PARÁGRAFO TERCEIRO - Caberá ainda a CONTRATADA:**

- I) arcar com todas as despesas referentes ao transporte, vertical e horizontal, bem como carga e descarga, de todos os bens objeto deste **CONTRATO**;
- II) entregar nos locais e prazos indicados pela **CONTRATANTE**;
- III) responder pela idoneidade e pelo comportamento de seus responsáveis, técnicos, empregados, prepostos ou subordinados;
- IV) responder exclusiva e integralmente, perante o **CONTRATANTE** pelo fornecimento;
- V) responder por violações a direito de uso de materiais, métodos ou processos de execução protegidos por marcas ou patentes, arcando com indenizações, taxas e/ou comissões que forem devidas;
- VI) substituir, às suas expensas e responsabilidade, os materiais que não estiverem de acordo com as especificações.
- VII) Comprovar, a cada fatura emitida, a regularidade perante o Sistema de Seguridade Social (INSS) e com o fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

#### **CLÁUSULA QUARTA DO VALOR CONTRATUAL**

Pela execução do objeto deste **CONTRATO**, uma vez obedecidas às formalidades legais e contratuais pertinentes, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância total de R\$ \_\_\_\_\_, já inclusos todos os custos relacionados com despesas decorrentes de exigência legal ou das condições de gestão deste Contrato.

#### **CLÁUSULA QUINTA DO PAGAMENTO**

O pagamento do valor devido, conforme proposta da **CONTRATADA**, será efetuado pelo **CONTRATANTE**, após entrega do objeto da licitação, até o 30º (trigésimo) dia, a partir da data da apresentação da Nota Fiscal pela **CONTRATADA**, com a discriminação do objeto executado, devidamente atestada e visada pela administração do **CONTRATANTE**.

#### **CLÁUSULA SEXTA DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

A presente despesa, no valor global de R\$ \_\_\_\_\_, correrá por conta da Dotação Orçamentária existente nos Programas de Trabalho P.T. \_\_\_\_\_ e pela Natureza de Despesa \_\_\_\_\_, com cobertura através da Nota Empenho nº \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA DO REAJUSTE**

O preço do qual está sendo contratado o objeto da licitação será fixo e irreajustável.

#### **CLÁUSULA OITAVA DAS PENALIDADES**

Em caso da **CONTRATADA** ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato, falhar ou fraudar na sua execução, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e das demais comunicações legais.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a **CONTRATANTE** poderá aplicar a **CONTRATADA** multa administrativa graduável conforme a gravidade da inflação, não excedendo, em seu total, o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.



**PARÁGRAFO SEGUNDO - A CONTRATADA** ficará sujeita, em caso de atraso na execução do objeto, à multa moratória de até 1% (um por cento) sobre o valor total do fornecimento, por dia útil excedente ao prazo estabelecido.

**PARÁGRAFO TERCEIRO -** Se a **CONTRATADA** não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada, dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, será então acrescido os juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

### **CLÁUSULA NONA DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

Da aplicação das sanções definidas na cláusula anterior caberão os recursos previstos no art.109 da lei nº 8666/93, observados os prazos e procedimentos ali estabelecidos.

### **CLÁUSULA DÉCIMA DA RESCISÃO**

O inadimplemento das Cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da **CONTRATADA**, assegurará ao **CONTRATANTE** o direito de dá-lo por rescindindo, mediante notificação, sem prejuízo do disposto na Cláusula Oitava.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** Ficarà o presente Contrato rescindido, mediante formalização, assegurado o contraditório e a defesa, nos seguintes casos:

- a) Atraso injustificado na execução do objeto contratado;
- b) Paralisação da entrega sem justa causa ou previa comunicação à administração;
- c) Subcontratação total ou parcial do objeto deste Contrato, associação da **CONTRATADA** com outrem, cessão ou transferência total ou parcial sem a prévia anuência do **CONTRATANTE**, bem como fusão, cisão ou incorporação que afete a execução do presente Contrato;
- d) Desatendimento das determinações da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, assim como a de seus superiores;
- e) Cometimento reiterado de falhas na execução deste contrato;
- f) Decretação de falência;
- g) Dissolução da empresa;
- h) Alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa, que, a juízo da administração, prejudique a execução deste Contrato;
- i) Protesto de títulos ou emissão de benefícios sem a suficiente provisão, que caracterize a insolvência da **CONTRATADA**;
- j) Razões de relevante interesse e amplo conhecimento público;
- k) Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução deste Contrato.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DAS ALTERAÇÕES**

O presente Contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65, da Lei n.º 8.666/93.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DO PRAZO DE ENTREGA**

O prazo total para entrega do objeto deste contrato é de no máximo 30 (trinta) dias corridos, de acordo com o subitem 6.1 do Termo de Referência (Anexo VII do edital da licitação).

**PARÁGRAFO ÚNICO** - A contagem do prazo contratual terá início no dia seguinte ao recebimento, pela **CONTRATADA**, da ordem formal autorizando o início da execução contratual, a ser emitida pela **CONTRATANTE**, ou da entrega da Nota de Empenho.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DA FORMA DE FORNECIMENTO**

O objeto deste contrato será fornecido de forma integral, nos termos do Termo de Referência (Anexo VII).

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DA PUBLICIDADE**

O extrato do presente Contrato será publicado no Diário Oficial do Município de Campos dos Goytacazes, conforme o disposto no art. 61, Parágrafo Único, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA DA VINCULAÇÃO À LICITAÇÃO**

O presente instrumento foi lavrado em decorrência da licitação modalidade Pregão nº 018/2023, ao qual se vincula, bem como aos termos da proposta de preços da **CONTRATADA**, que faz parte integrante desta avença como se transcrito fosse e respectivos anexos do processo administrativo nº 2023.204.000164-7-PR.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA DO FORO**

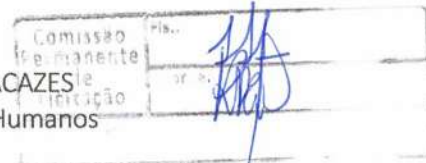
Fica eleito o foro da Comarca de Campos dos Goytacazes, para dirimir qualquer questão controversa relacionada com o presente **CONTRATO**, renunciando as partes, expressamente, a qualquer outro por mais privilegiado que seja.





PREFEITURA DE  
**CAMPOS**  
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES  
Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos  
Pregão Presencial nº 018/2023



Processo nº 2023.204.000164-7-PR  
Data: 20/06/2023

E por estar justo e acordado, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes contratantes e testemunhas abaixo.

Campos dos Goytacazes, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

Contratante: \_\_\_\_\_  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS**

Contratada: \_\_\_\_\_

Testemunhas: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

## Anexo III - Carta de Credenciamento (Modelo)

### CREDENCIAMENTO

Através da presente, credenciamos o (a) Sr (a) ..... portador (a) da Cédula de Identidade nº ..... e CPF sob o nº ..... a participar da Licitação instaurada pela *SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS*, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL nº 018/2023**, suprarreferenciada, na qualidade de *Representante legal da Empresa*, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa ..... bem como formular propostas, negociar preços, interpor recursos, desistir de sua interposição, assinar contratos e praticar os demais atos inerentes ao certame.

Campos dos Goytacazes, ..... de ..... de 2023.

\_\_\_\_\_  
Representante legal da empresa com firma reconhecida e  
carimbo da licitante





# Anexo IV - Declaração de que cumpre as Leis Trabalhistas (Modelo)

## DECLARAÇÃO

Ref.: Pregão Presencial nº 018/2023

.....  
(nome da empresa)

inscrita no CNPJ/MF sob o número....., por intermédio de  
seu representante legal o (a) Sr (a).....,  
portador (a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº  
....., **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27  
da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de  
1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou  
insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

Em .....de.....de 2023.

\_\_\_\_\_  
**Representante legal da empresa e  
carimbo da licitante**

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

## Anexo V – Declaração que Cumpre os Requisitos de Habilitação (Modelo)

### DECLARAÇÃO

.....  
(nome da empresa)

CNPJ ou CIC nº ....., declara, sob as penas da Lei e em cumprimento ao disposto no art. 4º, inciso VII da Lei nº 10.520/02, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital da licitação por **PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2023**.

Campos dos Goytacazes, ..... de .....de 2023.

---

**Representante legal da empresa e  
carimbo da licitante**





## Anexo VI – Declaração de Enquadramento de ME ou EPP (Modelo)

### DECLARAÇÃO

Ref.: Pregão Presencial nº 018/2023

.....(razão social do licitante) com  
endereço na .....  
inscrita no CNPJ/MF sob o número ..... vem, pelo seu  
representante legal infra-assinado, sob pena de submeter-se à aplicação das sanções  
definidas nos arts. 7º e 9º, da Lei nº 10.520/02, **declarar** que cumpre os requisitos legais  
para efeito de enquadramento como Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte  
(EPP), estando apta a usufruir dos direitos de que tratam a Lei Complementar Federal nº  
123/06 e suas alterações, bem como a Lei Municipal nº 8.768/17 e **não incide em  
qualquer das vedações estabelecidas no art. 3º, § 4º, da referida da Lei Complementar,**  
sendo considerada:

- ( ) MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme no artigo 18-A, §1º da Lei Complementar  
Federal nº 123, de 14/12/2006;
- ( ) MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;
- ( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº  
123, de 14/12/2006.
- ( ) Sociedade Cooperativa de Consumo que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita  
bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de  
dezembro de 2006, nela incluídos os atos cooperados e não-cooperados, conforme estabelece o art.  
34 da Lei 11.488/07.

Em ..... de ..... de 2023.

\_\_\_\_\_  
Representante legal da empresa e  
carimbo da licitante

## Anexo VII – Termo de Referência



## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. INTRODUÇÃO

1.1. Em observância ao disposto no Decreto Municipal nº 79, de 25/04/2017 e com intuito de atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, elaboramos o presente Termo de Referência para que, através do procedimento legal pertinente, seja efetuada a compra de equipamentos de TI, em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, na conformidade das especificações técnicas desde Termo de Referência.

### 2. OBJETO

2.1. O presente objeto é para aquisição de equipamentos de Tecnologia da Informação que tem como objetivo oferecer capacitação contínua aos servidores municipais. O projeto atua de forma itinerante, atendendo às necessidades da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos em diversas áreas de atuação.

### 3. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

Os materiais solicitados devem ter as configurações indicadas abaixo ou superior e deverão ser todos originais.

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	Qtd.
01 Item exclusivo (art. 48, I, LC nº123/06)	<p>Notebook</p> <ul style="list-style-type: none"><li>Computador notebook Completo com processador de no mínimo 2.15 GHz, quatro núcleos de processamentos e memória cache de no mínimo 5 megas, deve possuir memória DDR4 de 8GB, expansível até 16GB, fonte de alimentação 110/220 volts, armazenamento interno tipo SSD de no mínimo 128GB no mínimo, tela LED de no mínimo 15", com conexões 2xUSB 3.1 (Geração 1 Tipo A, com suporte a carregamento), 2xUSB 3.2 (Geração 1 Tipo C), 1xUSB 2.0, 1xHDMI, 1x (Áudio para microfone + Áudio para fone de ouvido), 1x RJ45 LAN Gigabit, 1x DCIN (alimentação do produto), webcam integrada e Placas de Rede WIFI AC Dual Band Wireless, Bluetooth 4, ou superior. Possuindo ainda instalado e ativado o Sistema operacional Microsoft Windows 10 64 bits original e Pacote Office Pro de 64 bits original 2019 ou superior. Equipamentos nas cores preto ou cinza escuro. O modelo ofertado deverá estar em linha de produção, sem previsão de encerramento</li></ul>	02



<p>02 Item exclusivo (art. 48, I, LC nº123/06)</p>	<p>Retroprojektor</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Projetor multimídia com tecnologia: 3lcd; brilho de no mínimo 2600 ansi lumens; contraste mínimo de 2000:1 e resolução mínima de 1024x768. Deve suportar resoluções de: vga, svga, xga, Sxga, wxga; com métodos de projeção no teto/frontal/traseiro e aspecto 16:10 (suporta 4:3 e 16:9). Suas lentes devem ser do tipo manual f-n 1.58 – 1.72, com foco 16,9 – 20,28 mm; zoom 1.0 – 1.2, e lâmpada tipo 200w uhe com vida Útil 4000 h (alto brilho), 5000 h (baixo brilho); tela distancia 0,9 - 10.95 m; tamanho 33 à 300 (polegadas) com correção keystone;</li> <li>• Reprodução de cor: 24 bit; 16.7 milhões; conexões: vga (mini d-sub 15 pin) x 1, video composto (1 rca) x 1, s-video(mini din 4 pin) x 1, Video componente (compartilhado com entrada vga) x 1, áudio (2 Rca) x 1, usb tipo b x 1 (vídeo de computador), hdmi x 1, usb (tipo a) X 1; compatibilidade de sinais de vídeo: ntsc / ntsc4.43 / pal-m / paln / pal-60 / secam / hdtv: 480i, 480p, 720p, 1080i; resolução de Vídeo: 480 linhas (ntsc) e 560 linhas (pal); voltagem 100-240v +/- 10%, 50/60hz ac; garantia 1 anos no projetor e 90 dias lâmpada.</li> <li>• Devem possuir os seguintes acessórios fornecidos: 1 controle remoto, 1 cabo hd d-sub de 15 Pinos (1,8m), 1 etiqueta de segurança, 1 cd-rom com instruções de Operação, 1 manual de referência rápido, 1 normas de Segurança, 1 bolsa de transporte, 1 tampa da lente, 1 cabo de Alimentação ac, 1. Garantia do fornecedor de 12 meses.</li> </ul>	<p>02</p>
<p>03 Item exclusivo (art. 48, I, LC nº123/06)</p>	<p>Microfone sem Fio</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Microfone Sem Fio duplo, com responsividade do som de no mínimo 30 dB, com um receptor UHF de banda alta super sensível. Resposta de Frequência de no mínimo de 75-12 KHz. Alcance dinâmico mínimo de 80d. Alimentado a bateria ou pilha recarregável, já inclusos. Nas cores preta ou cinza. Área mínima de alcance de 30 metros. Deve já incluir receptor, com alimentação bivolt. Deve possuir chave liga/mudo. Garantia mínima de 12 meses.</li> </ul>	<p>02</p>
<p>04 Item exclusivo (art. 48, I, LC nº123/06)</p>	<p>Caixa de Som</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Caixa de som amplificada, com potência mínima de 240w RMS e tensão de entrada bivolt. Deve possuir bateria interna recarregável que permita duração mínima de 4 horas. Deve possuir entrada para microfone e Alça de Transporte. Deve permitir conexões Bluetooth, e entrada USB e SD, para reprodução. Deve possuir Controle Remoto e Rádio FM. Deve possuir alto-falantes dos tipos Subwoofer de no mínimo 12" e configuração de canal 5.1, ou mais. Deve vir com carregador e Manual de Instruções. Garantia mínima de 12 meses.</li> </ul>	<p>02</p>

18



05 Item exclusivo (art. 48, I, LC nº123/06)	<p>Tela móvel de projeção para Retroprojektor</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Tela de projeção retrátil com tripé, com no mínimo 90" de área útil de projeção, nos formato 1:1 quadrado ou 4:3 (corporativo). Deve possuir estojo para transporte em aço e manual de utilização. Produzida com tecido Matte White. Deve possuir capacidade de fixação em teto ou parede. Deve possuir mecanismo de travamento que possibilite o ajuste de altura da tela em várias posições. Seu tripé deve possuir pintura eletrostática nas cores branco, cinza ou preta, e ser retrátil. Deve possuir garantia mínima de 12 meses.</li> </ul>	02
06 Item exclusivo (art. 48, I, LC nº123/06)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Apontador microcomputador</li> </ul> <p>Passador de slides wireless com ponteira laser. apresentador multimídia wireless com ponteira laser integrada, específico para apresentação de slides do microsoft powerpoint. características:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- plug and play. - modelo sem fio. - botão de liga / desliga. - 2 botões apresentador: (avançar e voltar). - 1 botão laser pointer. - 1 botão função: pausar (tela escura / voltar). - 1 botão função: trocar aplicativo (alttab). - bolsa de transporte inclusa. - apontador laser integrado. alerta silencioso (através de vibração). - controla apresentações no microsoft powerpoint. - display lcd com indicação de tempo, nível da bateria e recepção wireless. - receiver com interface usb (pode ser armazenado no próprio apresentador). - interface: usb. - alimentação: 1 pilhas aaa. - tipo de transmissão: radio frequência (2.4 ghz). - distancia mínima: 15 metros. - consumo: mouse: 10 ma, laser 18 ma. - compatível: pc e notebook. - receptor wireless do tipo plug and play usb compatível com 2.0 e 3.0; - requisitos de sistema: windows: windows 7 ou superior e Linux.</li> </ul>	02

#### 4. JUSTIFICATIVA

4.1. A Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos possui a função de planejar, desenvolver e coordenar a política geral de Gestão de Pessoas da administração direta e indireta, além de desenvolver estudos e coordenar projetos de modernização administrativa; Planejar e executar políticas relativas a benefícios, desenvolvimento social e saúde ocupacional referente ao quadro funcional do município; Coordenar a aplicação da política de carreiras e remuneração dos servidores públicos municipais.

As pessoas se apresentam como o único recurso de uma organização capaz de auto direcionamento e de desenvolvimento, o que as permitem possuir uma grande capacidade de crescimento. Neste contexto podemos definir que o processo educacional é um ato capaz de gerar crescimento e mudanças comportamentais, objetivando a mudanças de atitudes, o reforço do espírito do trabalho de equipe, a medida que seu conteúdo envolve a transmissão de informações, de atitudes e conceitos.

Implantada de maneira correta, a educação continuada proporciona vantagens, como a possibilidade de análise das necessidades da PMCG e a definição das prioridades de cada órgão e setor, além da caracterização dos tipos de desenvolvimento de pessoas que podem ser

aplicadas a elaboração de planos de capacitação profissionais e pessoais, de curto, médio e longo prazo.

Sendo assim, torna-se de suma importância a Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos instrumentar-se para poder ofertar ferramentas de capacitações que permitam a PMCG adaptar-se à modernização e ao novo contexto produtivo, à medida que diferentes caminhos se vislumbram nos horizontes.

Levando-se em consideração o contexto atual e os desafios que se apresentam no processo administrativo moderno, a necessidade de uma melhor estruturação na capacidade desse órgão de prover educação continuada é ação primordial para o alcance dos objetivos traçados pela atual gestão, refletindo em última instância na melhoria dos serviços ofertados aos munícipes.

A partir dessa concepção e visando sanar os problemas já descritos, se faz necessário a aquisição de itens visando prover ao SMARH (Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos) equipamentos de TI, do tipo Notebook, Retroprojeto, microfone sem fio, caixa de som amplificada e tela móvel de projeção para retroprojeto, adequado às suas necessidades. Assim, a aquisição em tela refere-se a bens necessários à execução de atividades pela Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, em específico na educação continuada dos funcionários da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes.

## **5. ESTIMATIVA DE CUSTOS GLOBAL E NATUREZA DAS DESPESAS**

5.1. O valor estimado é de R\$ 35.634,40 (trinta e cinco mil, seiscentos e trinta e quatro reais e quarenta centavos) e a despesas será proveniente do Programa de Trabalho P.T.04.122.0095.2271, Natureza de Despesa 44.90.52.06.

## **6. DO PRAZO DE ENTREGA E DO PAGAMENTO**

6.1. Os materiais licitados deverão ser entregues em conformidade com as especificações estabelecidas neste instrumento no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contado a partir da assinatura do contrato.

6.2. O recebimento dos materiais será realizado de segunda a sexta-feira, no horário das 08 h às 12 h e das 13 h às 17 h, junto ao CIDAC, situada a. Av. José Alves de Azevedo, 278 - Parque Rosário, Campos dos Goytacazes - RJ, 28025-497.

6.3. A empresa contratada deverá apresentar ao CIDAC, Nota Fiscal ou Nota Fiscal/Fatura da própria empresa em 2 (duas) vias, a qual será encaminhada em até 30 dias para pagamento após o recebimento e o aceite completo do material solicitado.

6.4. A PMGG irá considerar um produto entregue após avaliação da Equipe Técnica da Subsecretaria do Centro de Informações e Dados de Campos.

## **7. DA PROPOSTA, MODALIDADE E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

7.1. As licitantes deverão entregar junto com a proposta comercial catálogos/manuais oficiais dos materiais ofertados.

7.2. As características dos materiais oferecidos deverão estar em conformidade com a especificação técnica descrita neste documento.



7.3. Um representante do CIDAC efetuará avaliação dos catálogos/manuais oficiais dos materiais ofertados. Na hipótese de ocorrência de não consonância com as especificações técnicas aqui apresentada a proposta será desclassificada.

7.4. O licitante, antes de apresentação de sua Proposta Comercial deverá tomar conhecimento de todas as informações para o cumprimento das obrigações que assumirá se contratado, pois não lhe será admitido alegar posteriormente, o desconhecimento de informações para justificar atrasos ou inexecução de obrigações contratuais.

7.5. Será adotado como critério de julgamento das propostas o MENOR PREÇO UNITÁRIO sendo vencedora a licitante que ofertar o menor preço entre os apresentados na sessão de julgamento das propostas.

7.6. A natureza do objeto deste Termo enquadra-se como bens comuns, haja vista os padrões de desempenho de qualidade e de todas as características gerais específicas serem as usuais do mercado e passíveis de descrições sucintas, podendo, portanto, serem licitadas por meio de Pregão, na forma Presencial com fulcro na Lei 10.520/2002.

## 8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1. AS LICITANTES deverão apresentar Atestado(s) de capacidade Técnica, a ser (em) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em documento timbrado, e que comprove(m) a aptidão das licitantes para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto desse Termo de Referência pleiteado.

## 9. GARANTIA DOS MATERIAIS

9.1. Os materiais devem possuir por um período mínimo de 12 (doze) meses;

9.2. Durante o prazo de garantia será substituída sem ônus para a contratante a parte ou peça defeituosa, salva quando o defeito for provocado por uso inadequado dos equipamentos;

9.3. Deverá possuir central de atendimento para abertura dos chamados de garantia, comprometendo-se a manter registros dos mesmos constando descrição do problema;

9.4. Os serviços de reparo dos produtos específicos serão executados onde se encontram (ON-SITE) ou na impossibilidade, no centro de manutenção da contratada;

9.5. O prazo máximo para atendimento e reparo/solução do(s) problema(s) que ocasionou(aram) o chamado dos produtos, citados a partir da abertura do chamado e dentro do período de disponibilidade para atendimento é de 6 (seis) horas;

## 10. PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado mediante a apresentação da Nota Fiscal, por meio de Ordem Bancária, creditada na conta corrente da empresa.

## 11. OBRIGAÇÕES DA CONTRADA



11.1. Além das responsabilidades resultantes da Lei nº 8.666/93, constituem obrigações e responsabilidades da CONTRATADA:

11.2. Executar a entrega dos itens objetos deste Termo de Referência, em estrita observância as normas técnicas existentes;

11.3. A CONTRATADA deve possuir canal de comunicação para abertura dos chamados de garantia, comprometendo-se a manter registros dos mesmos constando a descrição do problema, conforme item 10 deste TR;

11.4. A CONTRATADA deverá efetuar o fornecimento de manuais técnicos dos materiais.

## 12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Requisitar o fornecimento do material, na forma prevista neste Termo de Referência;

12.2. Exigir do fornecedor o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação;

12.3. Efetuar o pagamento ao fornecedor, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência;

12.4. Comunicar imediatamente à CONTRATADA qualquer irregularidade apresentada pelo material fornecido;

## 13. CONDIÇÕES GERAIS

13.1. Os materiais ofertados deverão atender aos itens discriminados nas especificações técnicas constantes neste termo de referência.

13.2. Os materiais ofertados deverão ser novos e distribuídos através de canais credenciados do fabricante no Brasil, respeitando a padronização já especificada e as normas da ANATEL;

13.3. Não poderão ser ofertados materiais descontinuados ou em previsão de descontinuidade das linhas normais de produção (fabricação e/ou montagem) do fabricante. A caracterização da previsão de descontinuidade é definida como sendo o período compreendido entre o recebimento (entrega) oficial do material ofertado e 12 (doze) meses após este procedimento (recebimento);

13.4. A Contratada deverá apresentar documentação técnica oficial e original (ex: especificações, catálogos, prospectos e folders) de todos os materiais ofertados que serão instalados no CONTRATANTE, antes do julgamento do resultado da licitação;

13.5. Estes documentos serão utilizados pela equipe técnica da Contratante para comprovação do conteúdo especificado e requisitado no edital para os referidos materiais, devendo atender as recomendações abaixo:

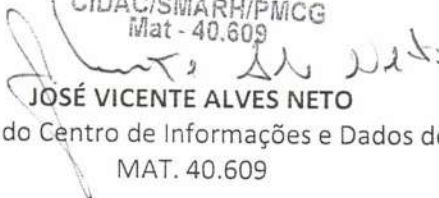
13.5.1. A documentação técnica oficial original deverá ser apresentada de forma única, isto é, não poderá ser apresentada mais de 1 (uma) documentação por produto ofertado de mesma marca e modelo, evitando assim divergências de análise dos mesmos;



- 13.5.2. Os referidos documentos deverão estar atualizados em sua última versão, de impressão e de conteúdo, de forma a não causar divergências de informações entre as diversas fontes oficiais disponibilizadas pelos fabricantes dos produtos, incluindo-se os "sites" oficiais dos fabricantes na internet;
- 13.5.3. Não serão aceitas declarações ou cartas de conformidade ou adequação ao solicitado e especificado no termo de referência em substituição ou complementação da documentação técnica oficial e original;
- 13.6. O fornecedor deverá entregar, em 1 (uma) via, preferencialmente através de meio magnético, a documentação técnica constituída por manuais de instalação, configuração e operação, em português ou inglês, para cada um dos produtos e programas fornecidos;
- 13.7. Todos os programas fornecidos deverão ser entregues em mídia digital para cada um dos materiais onde serão instalados;
- 13.8. A Proponente deverá apresentar em sua proposta comercial o valor unitário e total de cada modelo de produto objeto da presente contratação, por item;

Campos dos Goytacazes, 19 de setembro de 2022

José Vicente Alves Neto  
Sub-secretário  
CIDAC/SMARH/PMCG  
Mat - 40.609

  
**JOSÉ VICENTE ALVES NETO**  
Subsecretário do Centro de Informações e Dados de Campos  
MAT. 40.609